

Alfredo Bosi

Alfredo Bosi, professor catedrático, ensaísta e historiador literário, entende que a literatura, como toda obra de arte, é um instrumento poderoso para a caracterização da cultura de um povo. Não por acaso, ele se tornou um refinado analista da sociedade brasileira.

Nascido em São Paulo, em 1936, este descendente de italianos, logo após formar-se em letras pela Universidade de São Paulo, em 1960, ganhou uma bolsa de estudos na Faculdade de Letras da Universidade de Florença. Na volta ao país, assumiu a cadeira de língua e literatura italiana na USP, lecionando ali por 10 anos, período em que escreveu a tese *A Narrativa de Pirandello* (1964), doutorando-se seis anos mais tarde com a tese *Mito e Poesia em Leopardi*. Para um homem vivamente interessado em literatura brasileira, o que o levou a escrever os livros *Prémodernismo* (1966) e *História Concisa da Literatura Brasileira* (1970), seria natural surgir uma divisão interna. A certeza do caminho a seguir veio em 1972, quando decidiu-se pelo ensino de literatura brasileira no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Entre outras obras, ele é o autor de *O Ser e o Tempo da Poesia* (1977, prêmio de melhor ensaio naquele ano pela Associação Paulista dos Críticos de Arte); *Céu Inferno: Ensaio da Crítica Literária e Ideológica* (1988); *Dialética da Colonização* (1992, prêmio Casa Grande e Senzala, pela Fundação Joaquim Nabuco e novamente premiado pela APCA); e *Machado de Assis: Enigma do Olhar* (1999), Prêmio Jabuti para melhor obra de Ciências Humanas em 1993, grau de Comendador na Ordem de Rio Branco.

Alfredo Bosi é casado com a professora do Instituto de Psicologia da USP, Ecléia Bosi, com quem tem dois filhos. Titular da Cadeira nº 12 da Academia Brasileira de Letras é, desde 1989, o editor da revista *Estudos Avançados*, da USP. Em entrevista a estudantes do Cursinho da Poli, o professor disse: “o saber escolar deve ser múltiplo e aberto. Além de científico, deve ser artístico (literário, musical, visual), filosófico e humanístico, incluindo o estudo de nossos deveres para com o próximo e para com a natureza. Em suma: ético”. Por sua história pessoal, percebe-se que ele jamais traiu esta norma.

Ana das Carrancas

Ela já foi conhecida por Ana Louceira, Ana do Cego e Dama do Barro. Mas foi como Ana das Carrancas que esta artista, nascida Ana Leopoldina dos Santos, em 18 de fevereiro de 1923,

em Santa Filomena, sertão pernambucano, ganhou fama internacional, respeito, homenagens, troféus e medalhas.

Sua história é como a de tantos nordestinos, feita de luta, trabalho e fuga da seca. A intimidade com a arte de moldar o barro começou aos sete anos de idade, desvendando os segredos do ofício com a mãe louceira. Além das louças Ana moldava panelas, bois zebus, cavalos e santos para lapinha. Aos 22 anos casou-se, teve duas filhas (Ângela Lima e Maria da Cruz), enviuvou e casou-se novamente, em Picos, desta vez com o piauiense José Vicente de Barros, companheiro fiel de vida e de trabalho – “é ele quem amassa o barro”, diz ela.

Quando mais uma vez resolveu partir, foi em busca do Rio São Francisco. Invocando São Francisco das Chagas e Padre Cícero, Ana pediu que os santos mostrassem a ela uma forma de ganhar a vida naqueles anos 60, quando Petrolina viveu a crise do barro que empurrou louceiras para outras formas de sobrevivência. Ela foi a primeira a ver no velho Chico a solução para a escassez do barro. A história de Ana das Carrancas começou embaixo de um pé de muçambé, planta típica do sertão: as feições das carrancas surgiram enquanto agradecia pelo barro encontrado às margens do rio. “Coisa de doida”, disseram os outros comerciantes da feira livre de Petrolina, onde as primeiras peças foram postas à venda. “Eu coloquei o nome de carranca porque carranca é um bicho feio”, conta a artista. A lenda diz que é para espantar os espíritos. Ana diz que é apenas uma homenagem ao Rio São Francisco.

Ao longo do tempo, os materiais e as formas foram mudando. Os olhos arredondados das primeiras carrancas foram ficando alongados e ganharam um definitivo ar melancólico quando, a partir de 1973, ela começou a moldar as figuras com um furo no olho, tributo comovido ao marido cego. O que jamais mudou foi o zoomorfismo, a mistura de animal e homem, talhado pelo viés único da sua imaginação.

Antonio Dias

“Quando nos aproximamos de uma de suas realizações, necessitamos de um certo estrabismo: um olho no que está exposto, outro no problema formulado”, escrevia o crítico Paulo Sérgio Duarte, na crítica *A Astúcia de Permanecer Sempre Novo*, em 1977, para definir a diversidade dos trabalhos de Antonio Manuel Lima Dias, paraibano de Campina

Grande, onde nasceu em 1944.

Pintor, desenhista, artista intermídia, gravador, Antonio Dias aprendeu as técnicas elementares do desenho com o avô, na infância vivida em várias cidades do Alto Sertão e da costa de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Em 1957 o Rio de Janeiro é o seu destino e o Ateliê Livre de Gravura da Escola Nacional de Belas Artes, orientado por Oswaldo Goeldi, o seu porto. Junto com o estudo mescla o trabalho como ilustrador e desenhista de capas de livros, arquitetura e gráfico. Cinco anos depois abre a sua primeira exposição individual na Galeria Sobradinho, no Rio, com pinturas que ele mesmo classificava como “uma arte abstrata, com formas e símbolos principalmente tirados da cultura indígena”.

Hoje Antonio Dias soma ao seu currículo mais de 100 exposições individuais e outras 300 coletivas que mostram como o seu trabalho em meios diversos como filme, vídeo, livro, fotografia, pintura e gravura se espalhou, literalmente, pelo mundo. Ele expôs no Nepal, Áustria, Alemanha, França, Holanda, Itália, Bélgica, Suíça, Argentina, Taiwan, Portugal, Estados Unidos, Japão, Croácia, Eslovena e Londres. Entre 2000 e 2002, vários estados brasileiros receberam a exposição Antonio Dias: O País Inventado, reunindo obras dos últimos 30 anos da carreira do artista.

Morou na França por três anos a partir do prêmio de pintura na Bienal de Paris, em 1965. Em 1972 foi bolsista da Guggenheim Foundation, em Nova York. No Nepal estudou as técnicas de produção de papel e de coloração vegetal, em 1977. Na volta ao Brasil, no ano seguinte, como professor convidado, criou o Núcleo de Arte Contemporânea na Universidade Federal da Paraíba. Acabou por tecer vínculos fortes com a Alemanha, onde foi bolsista do Daad, em 1988, e professor da Staatliche Akademie der Bildenden Künste, em Karlsruhe, em 1993. Mantém seu ateliê em Milão mas, desde 1989, mora em Colônia.

Antonio Meneses

Estranhar a língua e o modo de vida na Europa talvez tenha sido determinante para o sucesso rápido do jovem Antonio Meneses. A saída para o adolescente de 17 anos foi muita determinação e, principalmente, concentração nos estudos do violoncelo. Quatro anos depois de chegar à Alemanha ele recebeu com surpresa o resultado do Concurso Internacional de Munique, que venceu quando havia se inscrito muito mais para ter uma meta de estudo. Já para o Concurso Internacional Tchaikovsky, cinco anos mais tarde, o

objetivo era claro: uma vitória ali significaria um avanço concreto na carreira. E ele ganhou a medalha de ouro.

Antonio Meneses, pernambucano de Recife, nascido em 1957, filho do trompista João Meneses, da Orquestra do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, acabara de vencer o concurso Jovens Instrumentistas, da Rede Globo, quando foi visto pelo italiano Antonio Janigro, o fundador do célebre conjunto I Solisti di Zagreb, que excursionava com seu grupo pelo Brasil. Veio daí o convite para estudar primeiro em Düsseldorf e depois em Stuttgart. O maestro Herbert von Karajan o convidou para o Concerto de Páscoa, em Salzburgo, na Áustria, com a Filarmônica de Berlim. Antonio Meneses tocou o Concerto Duplo, de Brahms, ao lado de outra jovem descoberta do maestro, a violinista Anne-Sophie Mutter – encontro depois lançado em disco. “Gravar é algo exigido pelo mundo musical atual, mas tocar para um público presente é muito mais gostoso”, diz Antonio Meneses.

Mas, mesmo não sendo muito afeito aos estúdios, já lançou perto de uma dúzia de discos, entre eles, Integral das Suítes para Violoncelo Solo, de Bach e Concertos nº 1 e 2 para Violoncelo e Orquestra e Fantasia para Violoncelo e Orquestra, de Villa-Lobos – de quem Antonio Meneses é considerado um grande divulgador. Tocando com algumas das principais orquestras do mundo (Filarmônicas de Nova York, Israel, Moscou e Berlim, entre muitas outras), sob a regência de maestros como Riccardo Mutti, Claudio Abbado, André Previn, Rostropovich e Von Karajan, Antonio Meneses compõe, desde 1998, o trio Beaux Arts (criado em 1955). Ele ainda ministra masterclasses na Europa, Estados Unidos e Japão. Com tudo isso, não gosta do termo perfeição. Prefere “busca por um ideal”.

Augusto Boal

Tão importante quanto Brecht ou Stanislawski, segundo a crítica inglesa. O grande teórico do teatro brasileiro, segundo o crítico e membro da ABL, Sábato Magaldi. Carioca da Penha, nascido em 1931, filho de um padeiro português e de uma dona de casa, Augusto Boal tornou-se sinônimo de Teatro do Oprimido, um teatro sem dogmas em que o espectador é protagonista do espetáculo.

A história de Augusto Boal confunde-se com a própria história da cultura brasileira nas últimas cinco ou seis décadas. E o mais curioso é que acabou por mergulhar de vez no teatro, escrevendo peças e dirigindo, quando foi para os Estados Unidos especializar-se em

engenharia química, na School of Dramatics Arts da Universidade de Columbia, onde foi aluno do dramaturgo John Gassner. De lá para cá, seu nome esteve envolvido com o célebre Teatro de Arena, em São Paulo, e com o Opinião, no Rio.

Ativo nome da cultura nacional, em 1971, ele foi preso, torturado e exilado pela ditadura militar. Quando deixou o País, a Argentina foi o seu destino. Alí acabou de escrever Torquemada, que tratava de sua prisão e, segundo ele, “da vida do povo no imenso presídio em que transformaram o Brasil”. Boal passou depois por Peru, Venezuela, Colômbia, México e Equador, onde trabalhou com populações indígenas e criou o Teatro Imagem. Em 1976, estava na Europa fundando, em Paris, um centro de pesquisa que aprofundou ainda mais as idéias do Teatro do Oprimido. Em meados dos anos 80, voltava ao Brasil.

À frente do CTO (Centro do Teatro do Oprimido), que dirige até hoje, levou suas técnicas teatrais para dentro de presídios do País inteiro. Instalado no Rio de Janeiro, foi vereador entre 1993 e 96, experiência relatada no livro Teatro Legislativo. Casado com a psicanalista argentina Cecília Boal, pai de dois filhos, traduzido em mais de 20 idiomas, premiado não só como autor e diretor teatral, entre seus títulos mais importantes estão os de Officier des Arts et des Lettres, do Ministério da Cultura da França (1981) e a medalha Pablo Picasso, da Unesco, de 1994. Na opinião da crítica especializada, Augusto Boal conseguiu fazer aquilo com que Brecht apenas sonhou e escreveu: um teatro vivo, instrutivo e que causou um enorme impacto mundial.

Augusto C. da Silva Telles

O país é magnífico por suas belezas naturais. E igualmente, imponente pelo que os homens construíram nele. Conservar este patrimônio, é ajudar a preservar a nossa própria história. É o que vem fazendo, entre muitas outras atividades, o arquiteto e professor Augusto Carlos da Silva Telles, carioca, nascido em 27 de outubro de 1923, casado desde 1953, com a professora Maria Guimarães Ferreira da Silva Telles.

Formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, em 1948, desde então, vem atuando na defesa da preservação de bens culturais. Professor Adjunto da FAU/UFRJ por 30 anos (1952/1982), foi arquiteto, assessor, diretor de conservação e restauração, além de consultor técnico do Instituto, depois Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), secretário do SPHAN e presidente nacional da Fundação Nacional Pró-Memória

(1988/89). Foi coordenador dos cursos de pós-graduação para arquitetos especialistas em preservação de monumentos e sítios, na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 1974), na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 1976) e na Escola de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA, 1981, 1982 e 1984).

É autor dos livros *Vassouras - Estudo da Construção Residencial Urbana*, tese de 1961; *Nossa Senhora da Glória do Outeiro* (1969); e *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil* (1975). Membro do International Council of Monuments and Sites (ICOMOS), desde 1978, neste ano fundou o Comitê Brasileiro do ICOMOS e foi seu primeiro presidente. É Vogal Correspondente da Academia Nacional de Belas Artes de Portugal, desde 1975. Tem artigos em congressos e revistas publicados em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, além de Portugal, Itália, Argentina, França e Estados Unidos. No livro *O Patrimônio Construído, As 100 Mais Belas Edificações do Brasil*, lançado em 2003, o fotógrafo Cristiano Mascaro, também arquiteto doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, faz uma fusão da arquitetura com a natureza. As paisagens têm descrição minuciosa de três especialistas, entre eles, o arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, voz essencial para o tema e uma verdadeira referência para o Brasil.

Pinduca

Não se tem notícia de algum outro país que possua – e mantenha – tamanha diversidade cultural e especialmente, musical. Do rasqueado gaúcho ao samba de roda baiano, do frevo pernambucano à moda de viola sertaneja, o Brasil é pródigo em ritmos e estilos. E no Pará, o carimbó – dança originária dos índios Tupinambá, que depois sofreu influência dos escravos africanos e seus batuques –, onde reina Aurino Quirino Gonçalves.

Talvez, em toda a Região Norte do país, poucos reconheçam esse nome. Mas basta perguntar por Pinduca, que qualquer um responderá: ‘É o rei do carimbó!’ Cantor, compositor, instrumentista, inventor de ritmos, Pinduca nasceu na cidade paraense de Igarapémirim, em 4 de junho de 1937, de uma família de músicos. Com 16 anos, conhecido como Noca, ele já era baterista e percussionista de orquestras que animavam as festas em Belém. Logo, alistou-se no Exército, e seguiu carreira na Polícia Militar, onde chegou a Tenente Mestre da Banda de Música. Em 1957, formou sua própria banda e ganhou o

apelido pelo qual seria conhecido pelo Brasil afora.

O nome surgiu durante uma festa junina: ele fazia a decoração com chapéus de palha colocando em cada um deles nomes como Tio Bené, Nhô Zé, Pinduca. Seu apelido, então era Noca. Ao colocar na cabeça o chapéu com o nome Pinduca, operou-se um milagre: nunca mais foi chamado de Noca, muito menos de Aurino. E virou sinônimo de festa animada, de alegria garantida, onde quer que se apresentasse. Mas só gravou seu primeiro disco em 1973. Sucesso logo de cara, que extrapolou a Região Norte, e foi bem também no Nordeste.

De lá até hoje, Pinduca lançou trinta discos. E ainda criou ritmos – sirimbó, lári-lári, lamgode e a internacional lambada –, fez shows por todo o Brasil, e mais Bolívia, Peru, Colômbia, Guiana Francesa, Angola... No ano 2000, com sua banda completa (12 músicos e 4 bailarinas), Pinduca foi destaque em um festival de música brasileira na Alemanha. “Sou casado há 40 anos, seis filhos e sete netos. Quatro dos filhos tocam na banda do pai, que continua levando alegria a todo mundo, com a música do nosso Estado, a cultura do nosso País. Muito prazer, sou o Pinduca”.

Carlos Lopes

Representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Organização das Nações Unidas (ONU), Carlos Lopes, natural da Guiné-Bissau, é sociólogo, Ph.D. em História pela Universidade de Paris-1 e especialista em desenvolvimento e planejamento estratégico. Iniciou a carreira nas Nações Unidas em 1988 como economista do desenvolvimento. Em junho de 2003, foi designado pelo secretário-geral da entidade, Kofi Annan, como seu representante no Brasil.

Autor e/ou organizador de 20 livros, Carlos Lopes já lecionou nas universidades de Lisboa, Zurique, Cidade do México, São Paulo e Rio de Janeiro. Ajudou a criar organizações não-governamentais e foi consultor da Unesco, da Sida (Autoridade Sueca para a Cooperação e Desenvolvimento), do Gret (Grupo de Pesquisa e Estudos Tecnológicos de Paris) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África.

O PNUD, que ele representa em nosso País, é uma instituição multilateral e uma rede global presente hoje em 166 países, a partir da constatação de que nenhuma nação pode gerir sozinha a crescente agenda de temas do desenvolvimento. Seu foco central é o combate à

pobreza e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) até 2015. Para isso, adota uma estratégia de colaboração com os governos dos diferentes países, sempre respeitando as especificidades locais. A cooperação está voltada para a promoção da governabilidade democrática e o apoio à implantação de políticas públicas e ao desenvolvimento local integrado. A utilização sustentável da energia e do meio ambiente, a disseminação da tecnologia da informação e comunicação e a luta contra o HIV/aids também integram o rol de prioridades do programa. No Brasil, as operações do PNUD são balizadas por um Quadro de Cooperação com o País, o CCF — Country Cooperation Framework —, definido conjuntamente com o governo brasileiro. As áreas mais importantes estabelecidas no CCF são o combate à pobreza e serviços sociais, bem como a reforma do Estado e meio ambiente. Nessas áreas, há cerca de 180 projetos em andamento no país.

Cleyde Yáconis

Cleyde Becker Yáconis, pretendia, em 1950, levar em frente o seu curso de medicina. Nem imaginava tornar-se atriz, como a irmã Cacilda Becker. Um destes acasos da vida a levou para o teatro. Sem pretensão de seguir carreira, aceitou substituir às pressas a atriz Nídia Lícia, no papel de Rosa Gonzalez, em *O Anjo de Pedra*, de Tennessee Williams. Deve ter-se saído muito bem, porque o polonês Zbgniew Ziembinsky, ator e diretor do famoso TBC, o Teatro Brasileiro de Comédia, a convidou para um outro papel, o de Annette, na peça *Pega-fogo*, de Jules Renard. E assim o País perdeu uma médica e ganhou uma atriz.

Natural de Pirassununga, interior de São Paulo, onde nasceu em novembro de 1926, Cleyde Yáconis fundou com a irmã Cacilda, mais Ziembinsky e Walmor Chagas, o Teatro Cacilda Becker, em 1957. Foi o caminho natural depois que o TBC entrou em declínio a partir de 1955. Os diretores italianos voltaram para casa e os atores mais conceituados fundavam suas próprias companhias. Cacilda e Valmor alugaram o teatro da Federação Paulista de Futebol, que funcionava antigamente na avenida Brigadeiro Luiz Antonio, centro de São Paulo. O grupo estreou com *O Santo e a Porca*, de Ariano Suassuana. Embora estrela da companhia, Cacilda Becker ficou com um papel secundário para Cleyde brilhar como protagonista.

Em 1958 e 1961, ganhou o prêmio Governador do Estado de melhor atriz. Bicho de teatro, no jargão da classe, ela fez também cinema e televisão. Na tela grande a estréia aconteceu

em 1952, dublando a atriz Leonora Amar, no filme Veneno, de Gianni Pons. Entre outros filmes fez, ainda, Na Senda do Crime (1954) e Dora Doralina (de Perry Salles, em 1982). Uma das pioneiras da televisão brasileira, estreou em novelas em 1966. Participou de Mulheres de Areia e Os Inocentes, ambas de Ivani Ribeiro, e de As Gaivotas e Ninho da Serpente, de Jorge Andrade. Esteve também no elenco de uma trama que mudou os rumos da telenovela brasileira: Beto Rockefeller (1968/1969), um fenômeno que nasceu da crise da TV Tupi, que precisava baratear custos, dispensando cenários e figurinos de época. Bráulio Pedroso, o autor, deu um tom coloquial aos diálogos, recorreu ao cotidiano urbano, deixou os atores improvisarem e centrou a trama num anti-herói, um simples funcionário de uma loja de calçados que se infiltra na alta sociedade.

Clóvis Moura (in memoriam)

Em 1948, com apenas 23 anos de idade, já eleito deputado pelo PCB baiano, Clóvis Steiger de Assis Moura começava uma pesquisa sobre trabalhadores escravos, que nortearia os rumos de sua vida. Quatro anos depois, o levantamento resultava num livro pronto para ser editado. Mas, mesmo seus amigos do Partido Comunista acharam o assunto “irrelevante” naquele momento. Havia outros grandes problemas para serem atacados, como os da miséria e da exploração. Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas foi lançado apenas em 1959, por uma editora independente, a Edições Zumbi, também fundada por militante comunista para publicar obras rejeitadas pela Editora Vitória, do PCB, segundo estudos do historiador Mário Maestri. E o livro tornou-se um clássico da literatura histórica brasileira.

Desde então seu nome sempre esteve associado ao combate à desigualdade racial. Publicou sobre o tema alguns livros como Brasil: Raízes do Protesto Negro (1983), O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel (1976), Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil (2001), Dicionário da Escravidão no Brasil (2004). Nos anos 70 foi delegado do colóquio Negritude e América Latina, realizado em Dakar, no Senegal; coordenou a pesquisa sobre favelamento em São Bernardo e o relacionamento favelamento/raça; coordenou e expôs na 2ª Semana de Estudos Afrobrasileiros, em Belo Horizonte. Em 1982 casou-se com Griselda Steiger Moura. Em 1999 participou de seminário na Unicamp, em comemoração aos 40 anos do lançamento de Rebeliões da Senzala.

Clóvis Steiger de Assis Moura, poeta, pesquisador, historiador, sociólogo e jornalista (trabalhou na Última Hora e no Correio Paulistano), nasceu em 1925 em Amarante, no Piauí. Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas e da Associação Profissional dos Escritores de São Paulo, foi um dos coordenadores do Projeto Arqueológico Palmares nos locais onde existiam os Quilombos da República de Palmares, sob o patrocínio da Universidade Estadual de Illinois, EUA. Intelectual marxista, perseverante, apaixonado pela vida, dono de um humor desbocado, segundo os amigos, Clóvis Moura faleceu em São Paulo, em 2003, aos 78 anos.

Darcy Ribeiro (in memoriam)

“...Sou um homem de causas. Vivi sempre pregando, lutando, como um cruzado, pelas causas que me comovem. Elas são muitas, demais: a salvação dos índios, a escolarização das crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária. Na verdade, somei mais fracassos que vitórias em minhas lutas, mas isso não importa. Horrível seria ter ficado ao lado dos que venceram nessas batalhas”.

São palavras precisas do professor Darcy Ribeiro, ditas na Sorbonne, em Paris, quando recebeu o título de Doutor Honoris Causa. Chamá-lo de professor não explica toda a trajetória deste mineiro de Montes Claros, nascido em outubro de 1922. Antropólogo, educador, ensaísta e romancista, membro da Academia Brasileira de Letras, com dezenas de livros publicados, Darcy Ribeiro formou-se em 1946 em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, com especialização em Antropologia. Etnólogo, fundou o Museu do Índio, criou o Parque Nacional do Xingu e elaborou para a Unesco um estudo do impacto da civilização sobre os indígenas brasileiros no século 20.

Criador e primeiro reitor da Universidade de Brasília, foi ministro da Educação do governo Jânio Quadros e chefe da Casa Civil do governo João Goulart. Com o golpe militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados e foi exilado. Os cinco volumes dos seus estudos de Antropologia da Civilização (uma teoria explicativa das causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos) foram escritos no exílio, no período em que viveu em vários países da América Latina, conduzindo programas de reforma universitária. Foi assessor do presidente Salvador Allende, no Chile, e de Velasco Alvarado, no Peru. Anistiado em 1976, voltou ao país quatro anos depois.

Darcy Ribeiro, vice-governador do Rio de Janeiro em 1982, senador da República, em 1990, além de brilhante teórico, foi um homem de ação. Implantou os CIEPS, no Rio de Janeiro, onde criou a Biblioteca Pública Estadual, a Casa França-Brasil, a Casa Laura Alvim, o Centro Infantil de Cultura de Ipanema e o Sambódromo (instalando ali 200 salas de aula) para funcionar também como uma enorme escola primária. O brilhante Darcy Ribeiro faleceu em Brasília, em 17 de fevereiro de 1997.

Eduardo Coutinho

Definições sobre gêneros são sempre polêmicas: como estabelecer, por exemplo, a diferença entre uma grande reportagem filmada e um documentário? Seja qual for a resposta, uma coisa está acima da questão: Eduardo Coutinho é o grande, talvez o maior documentarista/repórter da história do cinema brasileiro.

Paulista da capital, nascido em 1933, Eduardo Coutinho teve seu primeiro contato com o cinema num seminário do Masp, em 1954. Na França, para onde foi estudar cinema, teve sua primeira experiência teatral, dirigindo uma montagem de 'Pluft, o Fantasminha', de Maria Clara Machado. De volta ao Brasil, em 1960, foi assistente de direção na peça O Quarto de Despejo, de Eddy Lima, e integrou-se ao CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, onde propôs a realização de Cabra Marcado para Morrer, longa-metragem sobre a vida de João Pedro Teixeira, projeto que acabou abortado pelo regime militar.

Eduardo Coutinho volta-se, então, para o campo da ficção: roteiriza A Falecida e Garota de Ipanema, do diretor Leon Hirszman e atua como diretor substituto no longa-metragem O Homem que Comprou o Mundo (1968). Em seguida colabora nos roteiros de Os Condenados, de Zelito Viana, Lição de Amor, de Eduardo Scorel e Dona Flor e seus Dois Maridos, de Bruno Barreto. Em 1975, Coutinho integra-se à equipe do Globo Repórter, onde permanece por nove anos.

A consagração viria em 1984, com Cabra Marcado Para Morrer, (aquele projeto do CPC) que se transformou no documentário brasileiro mais premiado no exterior. Em 1988 iniciou a produção de O Fio da Memória, longa-metragem sobre o negro na história brasileira, concluído após quatro anos em parceria com canais de TV da França e da Inglaterra. Em 1999, dirigiu Santo Forte (sobre religiosidade popular), melhor filme no Festival de Brasília. Babilônia 2000, filmado no morro da Babilônia, RJ, revela sonhos, frustrações e expectativas

dos moradores locais para o terceiro milênio. Em 2002 ele novamente dá voz aos personagens que tão bem representam o caleidoscópio de tipos brasileiros: Edifício Master ganha o Kikito de Ouro de melhor documentário no Festival de Gramado. A grande arte de Eduardo Coutinho está no seu olhar atento sobre a grande maioria marginalizada, sem sentimentalismo ou truque. Só com sensibilidade.

Egberto Gismonti

Pai libanês, mãe italiana, ambos músicos. E o filho, que herdou o talento, transformou-se numa alma nômade dentro da música brasileira. Egberto Gismonti nasceu em dezembro de 1944 na cidade do Carmo, interior do Rio de Janeiro. Teve aquela infância clássica quando toda a família é ligada à música: desde os cinco anos de idade freqüentou o Conservatório de Música de Nova Friburgo, durante 15 anos estudou piano com Jacques Klein e Aurélio Silveira e, em 1967, ganhou bolsa de estudos para Viena, na Áustria, mas abriu mão. O “vírus” da música popular brasileira o pegou.

Os festivais, no final dos anos 60, eram tentadores demais para qualquer jovem instrumentista e compositor. Depois de participar do FIC, o Festival Internacional da Canção, aí sim foi para a Europa. Na França estudou com Jean Barraqué e virou regente e arranjador da orquestra que acompanhava a cantora francesa Marie Laforêt. Festival de San Remo, na Itália, excursões européias, discos lançados por lá, trilhas para filmes por aqui, foram consolidando a vocação internacional do artista que é compositor, cantor, arranjador pianista, violonista, flautista... Por influência do chorinho, foi aprender violão e outros instrumentos de corda. Em meados dos anos 70 era um craque no violão de 8 cordas. O estudo das flautas e kalimbas começou nesta época. Foi um dos primeiros músicos brasileiros a dominar sintetizadores.

Depois concentrou sua carreira no exterior, gravando discos premiados com o percussionista brasileiro também radicado fora do Brasil Naná Vasconcelos (Dança das Cabeças, de 1976). Gravou 15 discos entre 1977 e 1993 para o selo norueguês ECM, dez dos quais lançados no Brasil pela BMG em 1995. Através de seu selo Carmo, recomprou seu repertório inicial, e é um dos raros compositores brasileiros donos de seu próprio acervo. Algumas peças do disco Alma, de 1987, tornaram-se hits, como Palhaço e Loro. Músico que tanto viveu entre índios da Amazônia, quanto entre o primeiríssimo time de instrumentistas da Europa, Estados

Unidos e Brasil, que gravou mais de 50 discos, Egberto, sempre de longos cabelos cacheados e gorro na cabeça, não classifica a sua música como universal. “Absolutamente, não. O silêncio é a única verdadeira linguagem universal”.

Eliane Lage

Eliane Lage não chegou a fazer meia dúzia de filmes nos anos 50, mas permanece até hoje no imaginário de quem pôde ver sua beleza clássica em filmes como *Caiçara* (1950), *Terra é Sempre Terra* (1952), *Sinhá Moça* (1953) e *Ravina* (1958). Ao contrário de contemporâneas, como Tonia Carrero, sua carreira de atriz se restringiu àquela década em que a Vera Cruz dava os primeiros passos na tentativa brasileira de criar uma indústria do cinema, com temas nacionais e qualidade internacional.

Mesmo premiada por suas atuações, Eliane Lage nunca se considerou uma atriz. “Estava disposta a tudo pelo grande amor (o diretor Tom Payne). Nunca me senti atriz. Ser ator é conseguir viver um personagem e esquecer de quem você é. Eu nunca cheguei neste ponto”, diz ela no documentário *Eliane* (2002), da historiadora Ana Carolina Maciel e do cineasta Caco Souza. Uma prova concreta disso aconteceu em sua estréia, na cena de *Caiçara*, em que havia perdido o marido. Um bêbado invade a choupana em que estava, com a barba por fazer, a roupa cheirando a suor e bebida. As falas estavam na ponta da língua, mas sentiu repulsa pelo bêbado. Fez a cena mas, ao final, caiu em prantos, correu para o camarim, querendo dar sua carreira por encerrada por ali mesmo. Mais tarde, no restaurante das filmagens, foi abordada por um elegantíssimo cavalheiro, ninguém mais que o ator Carlos Vergueiro, o tal bêbado da cena, cumprimentando-a por sua brilhante atuação.

Em 31 de agosto de 2005, Eliane Lage lançou sua autobiografia *Ilhas, Veredas e Buritis*. Em certo trecho diz, dos fatos que marcaram a sua vida: “Andando pelo varandão da casa centenária, eu, beirando os 77 anos, me pergunto a que devo esse privilégio. Algumas marcas eu reconheço: (...) de tia Yolanda, que me ensinou o valor de um sonho que se concretizou 50 anos depois em Goiás: e de Tom, que me ensinou a olhar e ver que em tudo há nuances de beleza e infinitas possibilidades de alumbramento. Naturalmente a trama é mais complexa, há os encontros que duram anos e há o de meses e dias. Todos marcam e são preciosos”. É o que devem sentir os fãs desta atriz nascida em Paris, em julho de 1928, radicada no Brasil desde o final dos anos 40, musa da Vera Cruz e tida como a Greta Garbo

do Brasil.

Henri Salvador

Depois de um bom e merecido tempo dedicado à preguiça, o compositor, violonista, ator e cantor Henri Salvador lançou, em 2000, aos 83 anos de idade, o álbum *Chambre Avec Vue* - 13 deliciosas faixas com fortíssima influência da música brasileira. Com ele, ganhou vários prêmios, como os de melhor artista e melhor disco do ano, além de ser agraciado pelo presidente Jacques Chirac, com a Ordem Nacional do Mérito, em cerimônia especial no Palace Elysée. Essa muito bem-sucedida ligação com o Brasil remonta à segunda-guerra, quando o soldado Henri, já guitarrista consagrado, integrou a orquestra de Ray Ventura que, em 1942, cumpriu uma extensa e inesquecível turnê brasileira.

Henri Gabriel Salvador nasceu em Cayenne, capital da Guiana Francesa, em julho de 1917. Quando estava com sete anos de idade, seus pais foram viver na França. Aos 11, ele descobriu a música de Duke Ellington e Louis Armstrong. Os pais compraram um violão que aprendeu a tocar ouvindo o genial Django Reinhardt (com quem viria a tocar anos mais tarde). Essa base jazzística da paixão infantil pautou toda a sua brilhante vida artística. Em 1933, com apenas 16 anos, iniciava uma carreira meteórica pelos cabarés de Paris, não só como músico, mas também como comediante. Causava furor por onde desfilava o seu talento. Durante a guerra, saiu tocando pelo mundo afora. Voltou para a França em 1946, provando que nem a guerra apagou do coração dos franceses a paixão por Henri Salvador.

Com Boris Vian compôs mais de 400 músicas. Nos anos 50, quando o rock and roll já tomava a Europa, usou o pseudônimo de Henri Cording para entrar na nova onda. Nos anos 60, quando lançou um dos seus maiores sucessos, *Le Lion Est Mort Ce Soir*, adotou de vez a TV. E agregou um enorme público infantil à sua legião de fãs, ao compor *Les Aristochats*, que os estúdios Walt Disney usariam na trilha do desenho animado de 1968. Dono de uma inconfundível gargalhada, Henri Salvador, o patrono musical do Ano do Brasil na França, vive o seu terceiro casamento. Quando achou que ia poder desfrutar calmamente do sucesso artístico e financeiro de mais de seis décadas, resolveu fazer aquele disco de 2000 que o jogou novamente na linha de frente do sucesso, dos prêmios, dos concertos. Sua agenda está recheada até o final de 2007. Um fenômeno.

Izabel Mendes da Cunha

Há algo de místico, de mágico, na moldagem do barro. A transformação daquela massa disforme em utensílios domésticos ou em objetos decorativos é considerada, desde a pré-história, como verdadeiro milagre da engenhosidade humana. No Vale do Jequitinhonha, região muito pobre do norte de Minas Gerais, onde vivem aproximadamente um milhão de pessoas distribuídas por cerca de oitenta municípios, a lida com o barro foi herdada das tribos indígenas que ali viviam; e para Dona Izabel, ela nunca teve nada de mágico ou místico: era apenas algo que aprendeu muito criança ainda, observando a mãe.

Hoje com 81 anos, Izabel Mendes da Cunha é um símbolo do artesanato brasileiro feito de barro, responsável por toda uma geração de artesãos nascidos a partir do seu trabalho, e vencedora, no ano passado, do Prêmio Unesco de Artesanato para a América Latina e Caribe. No começo, a habilidade com o barro foi aperfeiçoada às escondidas. Dona Izabel fazia bonequinhas e escondia tudo, já que aprendera com a mãe que a matéria-prima não podia ser ‘desperdiçada’. Na pequena vila de Itinga, Dona Izabel morou até os 23 anos quando, já casada, mudou-se para a vizinha Santana do Araçuaí. Só então voltou aos ‘brinquedos’, que tomavam novas formas e tamanhos. Fazia principalmente presépios, que eram vendidos junto com os utensílios.

Mas a história da artesã começou a mudar mesmo, há cerca de trinta anos, quando recebeu a atenção da então Codevale (Comissão do Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). “Foi quando eu pude fazer o que mais gostava”, recorda. A entidade recolhia a produção dos artistas e revendia os produtos, principalmente em Belo Horizonte. Além disso, Dona Izabel passou a ensinar a muitos conterrâneos o que aprendera ainda criança, ajudando a mudar a vida dessas pessoas. Em sua arte, ao invés do torno de oleiro, todos usam rudimentares fornos a lenha; e os pigmentos usados na pintura são naturais, extraídos do próprio barro e encontrados nas muitas jazidas de argila da região. Boneca em Cerâmica, a peça de Dona Izabel premiada pela Unesco, foi exposta em Paris e hoje faz parte do acervo da instituição; representa uma menina sendo amamentada pela mãe. Alguém falou em mística? Mágica? Milagre?

João Gilberto

Ele desperta paixão ou ódio. Indiferença, jamais. João Gilberto é um mito em torno do qual gravitam centenas de histórias nascidas de sua obsessiva mania de perfeição, de um comportamento considerado exótico. Ouvido absoluto, capaz de perceber sons inaudíveis para a maioria dos mortais, ele revolucionou a música brasileira adotando no violão uma batida que desloca o acento tradicional do samba. Em plenos anos 50, quando os “vozeirões” ditavam a regra do bem cantar, ele interpreta baixinho, introduzindo uma delicadeza e elegância desconhecidas na música popular de então.

Em 1958, dois discos compactos de João Gilberto – um com Chega de Saudade e Bim Bom; outro com Desafinado e Oba-la-lá –, e o LP Canção do Amor Demais, de Elizeth Cardoso, onde tocou nas Faixas Chega de Saudade e Outra Vez, são considerados marcos inaugurais da bossa-nova, gênero que revolucionou a música popular brasileira e influenciou decisivamente nos rumos, por exemplo, do jazz. Puxado pela faixa Garota de Ipanema, o disco que gravou em 1964, nos Estados Unidos, com sua mulher Astrud Gilberto (ele se casaria depois com a cantora Miucha, irmã de Chico Buarque, com quem teve uma filha, Bebel), Tom Jobim e o saxofonista Stan Getz, vendeu mais de um milhão de cópias e fez daquela canção de Tom e Vinícius, uma das mais executadas e gravadas do mundo.

Baiano de Juazeiro, nascido em junho de 1936, João Gilberto, a síntese da bossa-nova, viveu por quase 20 anos fora do Brasil, gravando neste período perto de 10 discos. Ele parece ter uma missão na música brasileira que é a de “aperfeiçoar o imperfeito”: gravou, regravou e cantou em shows, vários clássicos como Aos Pés da Cruz (Zé da Zilda/Marino Pinto), Na Baixa do Sapateiro (Ary Barroso), Samba da Minha Terra e Saudade da Bahia (Dorival Caymmi), sempre descobrindo novas harmonias e sutilíssimas diferenças na forma de cantar. Disse certa vez que não investia em músicas novas porque as antigas ainda ofereciam uma gama infinita de possibilidades de interpretação. Talvez por isso adore uma platéia concentrada, uma boa acústica, um microfone da melhor qualidade. O que sai daí, é ouro puro porque, como disse Caetano Veloso, “melhor do que o silêncio, só João”.

José Antonio de Almeida Prado

Qualquer um que se aventure nas áreas da música erudita ou popular terá, mesmo que inconscientemente, um modelo, alguém a quem “imitar”. Com José Antonio de Almeida

Prado, nascido em Santos, em 1943, e um dos expoentes da música erudita brasileira, não foi diferente. Quando começou a estudar música, aos 7 anos de idade, ele imitava o Villa-Lobos das cirandinhas que a irmã mais velha tocava, enquanto ele brincava.

Como o fio de uma meada que vai se desenrolando, Almeida Prado passou pelas mãos da pioneira Dinorah de Carvalho que o transformou em pianista de recitais. Composição ele foi estudar com Oswaldo Lacerda e Camargo Guarnieri. Dos 14 aos 19 anos foi envolvido por harmonia, contraponto, folclore em variações, fugas, estudos para piano e ponteios. O encontro com o vanguardista Gilberto Mendes, em Santos, descortinou para ele um mundo muito além do baião, toada e cururu. Suas modestas experiências com o dodecafonismo desaguaram em Variações para Piano e Orquestra, em 1964, premiada pela Associação Paulista dos Críticos de Arte. Nela, apareciam elementos poli-tonais e dodecafônicos que não chegaram a encher os ouvidos do mestre Guarnieri, mas caíram no agrado do público.

Em 1969, o dinheiro do 1º Prêmio Guanabara, vencido com a cantata Pequenos Funerais Cantantes, o levou a Paris para estudar com Nadia Boulanger e Olivier Messian, durante quatro anos. Na volta ao Brasil, o convite para ser diretor do Conservatório na então poluída Cubatão, cuja sede ficava em cima de um supermercado, não chegou a ser recebido com entusiasmo. Saiu de lá um ano depois para a Unicamp, onde dirigiu o Instituto de Artes, de 1982 a 1987 e doutorou-se em 1986. Deixou em Cubatão um conservatório com nova sede própria, método didático, professores preparados e a certeza do dever cumprido. Enquanto desenvolvia uma técnica que chamou de transtonal, recebeu encomenda para compor a trilha sonora do Planetário do Parque do Ibirapuera. Nasceu daí Cartas Celestes, um ciclo de 14 peças para piano que se tornaram um marco no Brasil. “Para mim, ser reconhecido como eu sou, já é um milagre”, diz o autor de mais de 400 composições que, aposentado, continua lecionando em casa e influenciando novos compositores.

José Mojica Marins

Para quem crê em predestinação, José Mojica Marins é um exemplo vivo de alguém que veio ao mundo com o destino traçado. Mestre do terror, o cineasta nasceu numa sexta-feira, 13 (de 1929), no bairro de Vila Mariana, em São Paulo. Os pais espanhóis, de circo, viviam vida de cigano. Em busca da “normalidade”, foram morar nos fundos do cinema de um primo, na Vila Anastácio, periferia de São Paulo. O pai virou zelador do cinema e o garoto, um

espectador privilegiado, que via tudo da cabine.

Com 10 anos já exibia para os amigos seus experimentos com uma câmera Super-8. De lá para cá foram perto de 150 filmes, como ator e diretor, embora muita coisa tenha se perdido, sido queimada, mutilada ou, simplesmente, jogada fora nos tempos da ditadura. Os censores viam mensagens subliminares nos filmes do cineasta. O *Despertar da Besta*, de 1969, ficou 20 anos retido. Suas tentativas de liberá-lo esbarravam em intransigência e na ameaça de ter o negativo queimado. Quando conseguiu a liberação, a Embrafilme perdeu os originais por cinco anos. Marins pensou em entrar com um processo, mas veio o governo Collor que, simplesmente, extinguiu a Embrafilme. O resumo desta ópera é que o filme, considerado uma obra-prima do gênero, jamais foi exibido comercialmente.

Seu personagem mais famoso, Zé do Caixão, nasceu nos anos 60, quase por acaso, nas filmagens de *À Meia-noite Levarei sua Alma*. Seus sócios não queriam saber de terror e caíram fora do projeto. Ele bancou vendendo um carro, a casa, os móveis e pegando dinheiro da poupança. O maquiador sugeriu as unhas compridas, a idéia da cartola tirou de um maço de cigarros, a capa preta foi esquecida no estúdio por um zelador adepto da macumba, mandou fazer um medalhão com a imagem de uma fênix para compor com o terno e a camisa preta. Estava pronto o personagem que ganhou o mundo e que só foi respeitado depois do reconhecimento internacional. O cineasta Steven Spielberg, depois de assistir *Esta Noite Encarnarei no Teu Cadáver*, disse que se Zé do Caixão, ou Coffin Joe, tivesse nascido do outro lado do oceano, seria reconhecido como um dos grandes nomes do cinema.

Lino Rojas

Uma história de dedicação. Exemplo de idealismo, comprometimento social e político. É uma tragédia urbana. O diretor de teatro de origem peruana, Lino Rojas Perez, que há quarenta anos desenvolvia um trabalho raro, totalmente voltado para a inclusão social dos menos favorecidos através da arte e da cultura, foi barbaramente assassinado em fevereiro de 2005. Tinha 62 anos.

Lino Rojas esteve em São Paulo pela primeira vez em 1958. Depois de muitas idas e vindas, estabeleceu residência definitiva na capital paulista em 1985. Logo encontrou boa acolhida entre parceiros de idéias como Augusto Boal, Amir Haddad, Marcos Caruso e Cristina

Mutarelli, que já faziam teatro popular com o grupo União e Olho Vivo. Acreditavam, todos, na mudança por meio da arte.

Diretor de teatro na USP, Rojas, impressionado com o crescimento do número de meninos de rua em São Paulo, trabalhou em conjunto com Dom Paulo Evaristo Arns, o Frei Leonardo Boff, e o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, conseguindo a construção de um abrigo no Brás. Nesta casa para meninos de rua, sua atividade era fazer teatro, criar textos e produzir, o que o levou à criação, na metade da década de 80, do Projeto Semear Asas. Foi o embrião do Instituto Pombas Urbanas - um projeto consolidado, desenvolvido com a finalidade de atuar com os meninos de rua da Zona Leste paulistana, de acordo com as suas preferências e necessidades específicas, aplicando o conceito da Arte-cidadania. Em pouco tempo, o Instituto já possuía um repertório de seis espetáculos, todos montados a partir de textos produzidos pela própria comunidade. Ganharam prêmios em festivais de teatro amador e alguns de seus integrantes até já se profissionalizaram como atores. Hoje, mesmo sem mais contar com Lino Rojas, o Pombas Urbanas segue com muita força: em setembro iniciou, através de parceria com o Centro Cultural Arte em Construção, a implementação do Projeto Galpão Arte em Construção, com cursos gratuitos de arte e cultura para a comunidade do bairro Cidade Tiradentes, em São Paulo. Com certeza, eles jamais se esquecerão das palavras de Lino Rojas: 'Através da arte, pleiteamos a inclusão. Fazemos arte, vivemos arte, administramos arte, multiplicamos arte. Esse é o conceito de Arte-cidadania'.

Maria Bethânia

Quem viu uma vez jamais se esquece: Maria Bethânia, esguia em vestido longo, os cabelos encaracolados, soltos no meio das costas, tomando o palco de ponta a ponta, na ponta dos pés descalços. Junto com a música vinham poemas, alguns dos mais belos poemas de Clarice Lispector, Fernando Pessoa e seus heterônimos... Inesquecível, tanto quanto ao surgir de roupa caqui, um coque preso na nuca, a voz dura e forte cantando "Carcará, pega, mata e come, Carcará, mais coragem do que homem...", no show Opinião, de 1965, em substituição a Nara Leão. Tinha apenas 19 anos.

Maria Bethânia Vianna Telles Velloso nasceu em junho de 1946, em Santo Amaro da Purificação, Bahia. "Sou caipira e ser caipira é a coisa mais chique do Brasil", disse ela certa vez para explicar seu jeito discreto, caseiro, recolhido. "Virou Diva, Greta Garbo", decretou,

num misto de saudade e provocação, o queridíssimo irmão Caetano. Nada disso. Maria Bethânia hoje se vê, mais do que nunca, é uma figura ímpar na música brasileira, pelo que fez e faz musicalmente, e pela certeza de que sua intimidade não deve ser objeto de “visitação pública”.

Em 1963, Maria Bethânia subiu ao palco pela primeira vez, cantando um samba de Ataulfo Alves, na peça Boca de Ouro, que Caetano havia musicado em Salvador. Apenas dois anos depois estava no Rio, em show, lançando LP que levava somente seu nome e que tinha como uma das faixas a famosa Carcará, de João do Vale e José Cândido. Desde então, foram 51 discos lançados que, mais do que o registro de uma voz poderosa, revelaram compositores que, não fosse ela, talvez estivessem escondidos no recôncavo baiano, no sertão nordestino, no interior de São Paulo... Maria Bethânia revelou, também, novas possibilidades para uma cantora no palco, um lugar que, sabia desde criança, seria o seu meio de expressão. De início se viu no perfil de uma grande atriz (chegou a estudar Lorca) por sua natureza, como ela mesma diz, grega, trágica, dramática. Mas, ao entrar em cena e cantar, percebeu que para se traduzir precisaria do som, das notas musicais, além das palavras. Nascia uma estrela. A música popular brasileira não seria a mesma sem a força, vitalidade e paixão da grande Maria Bethânia.

Mário Carneiro

Pintor e gravador, além de fotógrafo, montador e diretor de cinema. Figura fundamental na história do cinema brasileiro, Mário Carneiro é um verdadeiro ícone, tendo influenciado várias gerações da cinematografia brasileira, e colecionado prêmios no Brasil e no exterior. Para Mário, o cinema foi uma paixão desde a infância, mas o que ele queria mesmo era ser pintor.

Pressionado pela família que temia a instabilidade financeira do ofício artístico, prestou vestibular para Arquitetura; aprovado, ganhou como presente um ano em Paris. Era 1948. Na França, Mário gastava seus dias visitando museus e à noite, ia ao cinema. De volta ao Brasil, passou a freqüentar cineclubes; paralelamente, trabalhava como estagiário no escritório de Oscar Niemeyer e, ao completar 23 anos, ganhou de presente da irmã uma câmera de cinema, com a qual fez seu primeiro filme, A Boneca.

Na mesma época, tinha aulas de pintura e gravura com Iberê Camargo. Em 1958, já contava com uma boa série de gravuras produzidas. Participou da Bienal de São Paulo, e em

seguida, partiu para a fotografia. Fotografia de cinema. Logo, surgiu o convite de Paulo César Saraceni para a direção de fotografia em Arraial do Cabo. Além disso, acabou ajudando no roteiro, fez a montagem, colocou a música no filme que, assim, foi assinado em dupla, por Paulo César e por Mário. Depois disso, foi o diretor de fotografia de alguns dos maiores clássicos do cinema brasileiro. A seqüência é incrível: Porto das Caixas, O Padre e a Moça, Capitu, Crônica da Casa Assassinada, Edu Coração de Ouro, A Idade da Terra, O Viajante, para citar só alguns. Mário Carneiro também trabalhou na televisão. Seu olhar de incrível sensibilidade e sua experiência foram cruciais para o sucesso da minissérie Memorial de Maria Moura, da TV Globo, por exemplo. Agora, ainda em plena atividade, Mário haverá de concordar com quem disser que, além do talento inato, do volume de conhecimento adquirido, e do esforço de toda uma vida dedicada à arte, uma parte do seu sucesso deve-se à capacidade que ele sempre teve para retratar com incomparável sensibilidade a luz e as cores do Brasil.

Maurice Capovilla

O que antes era tema de acaloradas discussões, hoje é quase um consenso: a grande solução para as históricas dificuldades do cinema brasileiro passa por uma relação saudável com a televisão. Da pré-produção à distribuição, da formação das equipes técnicas à divulgação. Para Maurice Capovilla, que sempre transitou com talento entre as duas mídias, isso não é nenhuma novidade.

Paulista de Valinhos, nascido em 1936, Capovilla estreou no cinema com os radicais Bebel, Garota-propaganda (1967) e O Profeta da Fome (1970), este um poderoso libelo-denúncia da situação degradante da fome como símbolo maior do abandono, da exclusão e da miséria - tudo realçado pela impressionante figura do faquir interpretado por José Mojica Marins, o Zé do Caixão. Logo em seguida, ao lado de nomes como Rogério Sganzerla, Carlos Reichenbach e Ozualdo Candeias, Capovilla fez parte do time que criou, deu corpo e fama à Boca do Lixo, transformando uma área degradada do centro de São Paulo no maior pólo cinematográfico brasileiro da época. Em meio à conturbada década de 70, a Boca do Lixo foi responsável por mais de um terço dos longas nacionais nesse período. Um deles, elogiado lançamento de 1976, foi O Jogo da Vida, dirigido por Capovilla e adaptado do conto Malagueta, Perus e Bacanaço, de João Antônio.

Depois disso, Capovilla fez parte da equipe de criação e direção da série Globo Shell, que viraria o Globo Repórter. Dessa época, destaque para o episódio O Último Dia de Lampião (1972), misto de ficção e reportagem ainda hoje considerado como um dos mais sensíveis relatos audiovisuais já realizados sobre o ícone do cangaço. Já O Boi Misterioso e o Vaqueiro Menino (1981) vem a ser a primeira tentativa nacional, plenamente realizada, de produção de um filme especialmente para a televisão, com estrutura narrativa elaborada em função do veículo e qualidade técnica sem paralelo, até hoje, no Brasil. De 1996 a 1999, Maurice Capovilla foi diretor do Instituto Dragão do Mar de Arte e Indústria Audiovisual do Ceará, e em 2002, retornou ao cinema com o premiado Harmada, baseado em romance de João Gilberto Noll, sobre a arte de se fazer arte no País. Arte engajada e sofisticada, com apuro técnico e popular ao mesmo tempo. Como faz Maurice Capovilla.

Mestre Bimba (in memoriam)

Ele nasceu Manoel dos Reis Machado, na periferia do bairro de Brotas, em Salvador, no dia 23 de novembro de 1900, filho de Luiz Cândido Machado e Maria Martinha do Bonfim. No batismo, recebeu o nome de Bimba, e assim foi chamado pela vida inteira. Quando se tornou um dos bambas da capoeira na Bahia, teve o nome precedido pelo substantivo “Mestre”.

Seu primeiro professor foi o africano Bentinho, capitão da Companhia de Navegação Baiana. Começou com 12 anos, estudou durante quatro a chamada “capoeira antiga” que, depois, ensinou durante 10 anos, no Clube União, no bairro negro da Liberdade. Em 1929, resolveu desenvolver um estilo diferente da Capoeira Angola: fez a fusão dela com o Batuque, dando origem à chamada Capoeira Regional, que considerava mais eficiente como forma de luta.

Três anos depois abria sua primeira academia no bairro de Engenho Velho de Brotas. O primeiro alvará de funcionamento oficial só saiu em 23 de junho de 1937. Em 39 ele estava ensinando capoeira no Quartel do CPOR. Em 42, abria uma segunda academia. Como a capoeira, aos olhos da sociedade, era “coisa de escravo fujão”, Mestre Bimba resolveu registrá-la como Centro de Cultura Física Regional, localizada na Rua Francisco Muniz Barreto nº 01, no Pelourinho.

Pelo respeito que imprimia e pelo porte físico (1,93 m de altura), ganhou o apelido de Rei Negro. Em 2002, o professor Muniz Sodré lançou Mestre Bimba: Corpo de Mandinga, onde toca na face oculta de sua personalidade. Era ogã (encarregado do atabaque) de uma das

vertentes da religião dos orixás mais desconhecidas: o candomblé do caboclo. Carroceiro, carvoeiro, doqueiro, recebido por presidentes e governadores, responsável pela consolidação do berimbau como “som” da luta (instrumento que hoje identifica a Bahia no mundo todo), defensor da capoeira como uma arte tipicamente brasileira, Mestre Bimba faleceu em 5 de fevereiro de 1974, em Goiás, onde foi enterrado como indigente. Desde 1978, seus restos mortais estão em Salvador, sua terra natal. Em 12 de Junho de 1996, a Universidade Federal da Bahia, concedeu a ele, por unanimidade, o título póstumo de Doutor Honoris Causa. Deixou 13 filhos, centenas de discípulos e uma filosofia: “Capoeira é a arte do bem-viver!”.

Dona Militana

Homenagear Militana Salustino do Nascimento, mais do que ajudar a preservar um patrimônio cultural brasileiro, é fazer justiça e provar que este não é, ou não pode ser, um país sem memória. Dona Militana teve o seu momento de glória no início dos anos 90, quando estudiosos da cultura popular do Rio Grande do Norte, como Deífilo Gurgel e Dácio Galvão, estiveram em épocas distintas no Sítio Oiteiro, em São Gonçalo do Amarante, para ouvir de perto esta que é considerada a principal guardiã do romanceiro medieval nordestino.

Dona Militana canta romances. Seu universo imaginário é feito de modinhas, xácaras, coco, toadas de boi, romarias, desafios, cancela, parcela, moirão, aboios, jornadas de chegada e fandango, gêneros que criam o ambiente propício para cantar histórias de reis, princesas, súditos, plebéias, cangaceiros, santos, escravos e coronéis, que remontam há 600, 700 anos. Sabe de cor as aventuras trágicas, os romances de amor e morte, as histórias de vinganças e ciúmes, peças raras dos romanceiros ibéricos e brasileiros, aprendidas com o pai, Atanásio Salustino do Nascimento, também um figura popular do folclore de São Gonçalo do Amarante. Mas não foi um aprendizado amoroso, passado carinhosamente de pai para filha.

Dona Militana, a mais velha de nove irmãs, nasceu em março de 1925. Ainda menina foi para roça, trabalhar ao lado do pai. Ele cantava, ela ouvia, aprendia, mas não podia cantar. Tinha uma vida espartana feita apenas de trabalho. Foi assim até ser descoberta e passar da condição de arquivo vivo a patrimônio nacional. Um pouco da impressionante sabedoria de Dona Militana está preservada nos CDs Songa Também Dá Coco (1999) e Cantares (CD

triplo, 2000). Chegou a apresentar-se em São Paulo e no Rio para mostrar estes trabalhos. Foi saudada como uma descoberta tão importante para a cultura nacional quanto a violeira Helena Meirelles e a jogueira Clementina de Jesus, também revelações tardias que ajudam a traduzir a cultura popular brasileira. Mas nada disso tirou Dona Militana da sua condição de mulher pobre que ainda vive no Sítio Oiteiro em uma casa de taipa, semelhante a outras ao lado que abrigam algumas de suas filhas, seus 68 netos e perto de 30 bisnetos.

Nei Lopes

Pan-africanista sem esquecer a sua condição de brasileiro. Intelectual brilhante e sambista de primeira linha, poeta e político, Nei Braz Lopes, no início dos anos 70, tomou uma das decisões mais sábias de sua vida: bacharel formado pela Faculdade Nacional de Direito da antiga Universidade do Brasil, trocou a recém-iniciada carreira de advogado pela de músico e escritor.

Carioca do subúrbio de Irajá, no Rio de Janeiro, onde nasceu em maio de 1942, Nei Lopes estabeleceu uma fecunda parceria com Wilson Moreira, que irrigou a carreira de grandes intérpretes do samba tradicional e resultou em dois LPs da dupla (A Arte Negra de Wilson Moreira & Nei Lopes e O Partido Muito Alto de WM & NL; ambos reunidos em CD lançado em 1995), além de discos-solo (Negro Mesmo, Canto Banto, Sincopando o Breque, De Letra & Música e Partido ao Cubo).

Uma das marcas do artista Nei Lopes é aliar, com competência, a teoria e a prática. Profundo pesquisador das culturas africanas, sócio-correspondente do Centro Internacional das Civilizações Banto, com sede na República do Gabão, a partir dos anos 80 tornou-se autor de vasta obra publicada em livros, jornais e revistas. Integrava, também, a Amar-Sombrás, sociedade brasileira de gestão de direito autoral, da qual faziam parte Chico Buarque e Paulinho da Viola. Ao mesmo tempo transformava-se num dos impulsionadores do pagode de fundo de quintal e apresentava-se em Cuba e Angola. Esse perfil, aliás, vinha dos tempos da Academia. Quando cursava Direito, foi seduzido pela proposta de negritude de uma outra academia, a do Salgueiro.

Em televisão, Nei Lopes escreveu e apresentou musicais na Rede Globo, Manchete e TV-E. Em teatro, encenou a revista musical Oh, Que Delícia de Negras! (1989), Clementina (1999) e O Rancho da Sereia (2000). Entre os seus quase 20 livros publicados, destaca-se a

Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, um inventário de informações multidisciplinares sobre o universo das culturas africanas (as atingidas pelo escravismo europeu), afro-americanas e afro-brasileiras. Em forma de dicionário, tem perto de 7 mil entradas, com biografias e definições a partir de um ponto de vista brasileiro, de um ilustre brasileiro, morador de Vila Isabel.

Nino Fernandes

No ano de 1982 foi criado o Conselho Geral da Tribo Ticuna, uma decisão vital para aqueles índios do Solimões. A luta começou bem pequena, com os indígenas querendo reforçar o seu nome “Ticuna” e recuperando, ainda, a designação Magüta, “que é o nome do nosso povo pescado pelos nossos heróis criadores”, relembra Nino Fernandes, membro do CGTT. Uma das primeiras iniciativas foi ajudar o povo a ler e escrever na língua dos brancos e “fazer conta”, para que não fossem mais enganados. Depois vieram um espaço para os professores indígenas realizarem suas pesquisas, a reunião das peças de artesanato mais bonitas, uma biblioteca e um lugar para reuniões, troca de experiências, e para receber os capitães que vinham de longe contar os problemas de suas terras e buscar ajuda.

Essa semente gerou, em 1988, o Museu Magüta (palavra que significa “povo pescado”), cujas obras foram concluída em 1990, quando seria inaugurado não fosse a ameaça de incêndio prometida por madeireiros e invasores, revoltados com os índios pela luta na demarcação de suas terras. Para evitar conflito, a inauguração só aconteceu em 1991. O Magüta fica em Benjamin Constant, cidade próxima à fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru. Atualmente a população Ticuna gira em torno de 30.000 indivíduos, distribuídos em 25 Terras Indígenas, com 135 aldeias, localizadas nas margens do rio Solimões e igarapés, que atravessam os 7 municípios formando a região do alto Solimões.

O Museu, hoje sob total responsabilidade dos próprios indígenas, que cuidam das peças sem qualquer orientação de artistas plásticos ou museólogos, se constituiu para tornar evidente uma história documental (por meio de exposições etnográficas, publicações, filmes, cursos) de ocupação desse território, da resistência de uma organização social forte e de formas culturais próprias. Tem hoje um trabalho reconhecido também pelo ICOM - International Council of Museum, que o classifica como exemplo de “Museu Ecológico”, que é mais do que as peças que guarda. Segundo Nino Fernandes, “dele faz parte a cultura e as gentes que

estão vivendo fora de seus muros”.

Xangô da Mangueira

Olivério Ferreira? Pouquíssimas pessoas sabem de quem se trata. O nome de batismo foi ofuscado por outro pelo qual tornou-se conhecido como um dos grandes do samba: Xangô da Mangueira, carioca do Estácio, nascido em 19 de janeiro de 1923. Cantor, compositor, calangueiro, jongueiro, mestre do partido-alto, versador e improvisador. Na época em que os sambas eram compostos com estribilho fixo, seguido de quadras improvisadas, ele fazia parte do time que entrava com o improviso.

A primeira escola de samba de Xangô, foi a Unidos de Rocha Miranda, quando tinha apenas 12 anos de idade. Depois vieram a Portela e a Lira do Amor. Para entrar na Mangueira, em 1939, que marcaria sua vida para sempre, Xangô teve de fazer teste como improvisador. Começou como terceiro diretor de harmonia, auxiliando Cartola. Três anos depois, estava na ala dos compositores. Até 1951 era o responsável por puxar o samba na avenida, cargo transmitido a outra lendária figura da Mangueira, o cantor Jamelão.

Em 1972 Xangô lança o seu primeiro LP – Rei do Partido-Alto (como era conhecido, então). Três anos depois vem O Velho Batuqueiro, também em LP. O primeiro CD saiu em 1999 – Velha-Guarda da Mangueira e Convidados. O segundo, em 2000 – Mangueira – Sambas de Terreiro e Outros Sambas, foi patrocinado pela prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Participou ainda de Maxixe não é Samba, Sabe Lá O Que é Isso? com o Cordão do Boitató. Em 2005, com Marquinhos China, Silvino da Silva, Marli Teixeira e Tatinho da Mangueira, apresentou o show Partideiros e Calangueiros, dentro do projeto Na Ponta do Verso, do Centro Cultural Banco do Brasil. Neste mesmo ano lançou o livro Xangô da Mangueira - Recordações de um Velho Batuqueiro, no qual constou encartado um CD com 11 faixas.

Ex-estivador do cais do Porto do Rio de Janeiro, Xangô da Mangueira aposentou-se como guarda de segurança. Durante anos e anos esteve à frente do bem-sucedido projeto Noitada de Samba que, nos anos 70, incendiava o palco do Teatro Opinião, às segundas-feiras. Como diz Nei Lopes, “ninguém carrega ao acaso, durante tantos anos, um nome forte como Xangô (...), orixá nacional iurobano Xangô que, além de ser a poderosa divindade do fogo, do raio e do trovão, é o senhor da jovialidade viril, da dança, da música e dos tambores”.

Paulo Linhares

Originalmente jornalista, Paulo Linhares tem uma trajetória marcada pela busca do conhecimento e da aplicação desse conhecimento a uma atuação política na Cultura. O relevante impacto social desse trabalho, credencia Paulo Linhares como uma das vozes mais importantes do “pensar cultural”, hoje no país.

Professor de Antropologia do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, com mestrado em Antropologia Urbana pela Sorbonne, de Paris, Linhares foi Secretário de Cultura do Estado do Ceará por sete anos, período em que implementou uma política de Estado para a cultura. Implantou em Fortaleza o Instituto Dragão do Mar (a primeira escola estadual de arte do Brasil, formando administradores de cultura) e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, projetos que se inserem entre os mais importantes pólos de formação, produção e difusão de arte e cultura. O Centro Dragão do Mar, o maior centro cultural em área construída do País, incluiu o Nordeste no círculo cultural brasileiro, ao estabelecer uma política de audiovisual que resultou em um dos períodos de maior produção cinematográfica da Região. “É cada vez mais necessária a implantação de políticas culturais de Estado para contrabalançar nossa fragilidade estrutural no terreno da produção de conteúdos - terceira, última e definitiva fase final do processo de mundialização em que nos encontramos”, ensina Linhares. “Não interessa fazer cultura para o povo; interessa fazer povo para a cultura”, costuma dizer.

Paulo Linhares, casado com Carla Melo da Escócia, pai de dois filhos, é jornalista com coluna no jornal O Povo (que já dirigiu), publicitário, ex-deputado estadual, presidente do Fórum Nacional de Cultura de 1993 a 1998, doutorando pela Universidade Federal do Ceará e autor do livro Cidade de Água e Sal, lançado em 1991 pela Editora Fundação Demócrito Rocha, sobre a formação urbana da sua Fortaleza (onde nasceu em 9 de outubro de 1954) e a relação da cidade com o mar. Parece não haver dúvidas: em Paulo Linhares, teoria e prática caminham juntas.

Roger Avanzi

Naquele tempo, não havia televisão; em muitos lugares, nem rádio ou cinema. E mesmo assim, em um mundo onde as opções de entretenimento são instantâneas e ininterruptas, é difícil imaginar o que representava a chegada do circo em pequenas cidades do interior, no

início do século passado.

Roger Avanzi conhece bem essa história. Pertencente à sexta geração de uma família de artistas circenses de origem francesa, ele nasceu em 1922 no circo de seu pai, Nerino. Ali cresceu e virou equilibrista, acrobata, ator, cavaleiro, músico e, por fim, palhaço: o Picolino 2º, herdando a arte e o nome do pai. O Circo Nerino estreou em Curitiba, em 1913, e desdobrou sua lona pela última vez em 1964, na cidade paulista de Cruzeiro. De cidade em cidade, de trem, navio, barcaça, caminhão, por mais de 50 anos o Circo Nerino encantou o país, numa época em que este ainda era o maior, quando não o único espetáculo disponível. Em suas tentativas de “modernização”, o Nerino flertou com o rádio, mas casou-se com o teatro, desenvolvendo uma espécie de dramaturgia para picadeiro, com dramas românticos, sacros, de guerra, de tribunal.

Mas esse quase interminável vaivém não foi suficiente para Roger Avanzi. Pelo circo – e pelo Brasil –, ele fez ainda muito mais: foi fundador da primeira escola brasileira do gênero, a Academia Piolin de Artes Circenses e, no ano passado lançou, ao lado de Verônica Tamaoki, o livro Circo Nerino, um dos mais expressivos e importantes documentos históricos de um Brasil, e de uma forma de arte, que praticamente não existem mais. Muitas das imagens reunidas ali são de Pierre Verger (1902-1996), antropólogo, jornalista e babalaô (autoridade do candomblé), um francês apaixonado pelo Brasil. Quando o Circo Nerino encerrou suas atividades, Picolino 2º fez parte do elenco do Circo Garcia (de 1966 a 1972). Depois, além das aulas no Piolin, passou a formar novos artistas circenses também no Circo-Escola Picadeiro, além de atuar em festas, eventos, teatro, cinema e televisão.

Hoje, com 86 anos, sempre que chamado, Roger Avanzi ainda passa a maquiagem branca, veste a camisa de colarinho frouxo, o chapéu-coco e pinta de vermelho o nariz, recriando mais uma vez o inesquecível Picolino 2º.

Ruth de Souza

Se fosse se espelhar na imagem que o cinema mostrava dos negros, provavelmente Ruth de Souza jamais tivesse saído da condição de menina pobre, filha de lavradores, fadada a repetir a história familiar. Ela nasceu no Rio de Janeiro, em maio de 1921, mas seus pais foram para Porto Marinho, no interior de Minas, onde ela viveu até os 9 anos de idade. Com a morte do pai, elas voltaram e foram morar em Copacabana, numa vila de lavadeiras e

jardineiros, todos a serviço das mansões do bairro. “Nos filmes de Hollywood, os negros norte-americanos eram sempre mostrados como personagens servís, ignorantes, ridículos. Eu, ainda menina, não gostava de ver aquilo”. Mas tinha fascínio pelo cinema, queria ser artista. “Que absurdo! A filha de uma lavadeira querer aprender piano, ser artista. Não tem artista preto”, era o que ela mais ouvia e o que mais a estimulava a contrariar a regra.

Depois de anos de colégio interno, ela ingressou, aos 17, no TEN, o Teatro Experimental do Negro, do escritor, dramaturgo, ator e ex-senador Abdias Nascimento. Estreou em O Imperador Jones, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 8 de maio de 1945. Foi a primeira atriz negra a pisar no palco daquele teatro. Não parou mais. Filmava Terra Violenta, nos estúdios da Vera Cruz, em São Paulo, quando soube que havia ganhado uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller. Foi para Cleveland, em Ohio, aprender com as companhias teatrais dos jovens estudantes. Fez estágio na House University, passou pela American Academy of Theater, em Nova York. Foi atriz, assistente de direção, contra-regra, viu ensaios e espetáculos dos maiores astros da época. Ruth de Souza foi também a primeira brasileira a ser indicada para um prêmio internacional - o de melhor atriz, na edição do Festival de Veneza de 1954 -, pela atuação em Sinhá Moça, disputando o Leão de Ouro com Katharine Hepburn, Michele Morgan e Lili Palmer.

Atriz em algumas das principais produções nacionais de cinema (Assalto ao Trem Pagador, Boca de Ouro), do teatro (Vestido de Noiva, Réquiem para uma Negra, Zumbi), e da TV, onde atuou em cerca de 25 novelas, tem predileção por Tia Cloé, de A Cabana do Pai Tomás. “Com Tia Cloé, fui protagonista da história, coisa raríssima na carreira de atores negros”.

Silviano Santiago

“Por indicação de Alexandre Eulálio, então diretor da Revista do Livro, do INL, tive acesso no Rio a um manuscrito inédito de André Gide (...). O trabalho de reconhecimento, decifração, descodificação e estabelecimento do texto, ocasião única para observar de maneira concreta as angústias da criação num romancista notável, casava de maneira ímpar com as minhas próprias preocupações da época, pois estava às voltas com a redação de alguns trabalhos em prosa (...). O encontro fortuito do manuscrito selou de vez a maneira como iria estruturar a minha carreira profissional, um pé na pesquisa e outro na criação”.

E foi assim, com um pé na pesquisa e outro na criação que Silviano Santiago tornou-se um dos mais brilhantes ensaístas brasileiros. Romancista, contista, poeta, crítico literário e professor, ele nasceu em Formiga, Minas Gerais, em setembro de 1936, o sexto de uma família de onze filhos. Adolescente, na capital mineira frequentou o Centro de Estudos Cinematográficos (CEC). Depois, já no curso clássico, escreveu artigos para uma revista de cinema. Em 1956, conhece Glauber Rocha, que visitava a capital mineira. O futuro diretor de Deus e o Diabo na Terra do Sol aconselha Silviano, que ainda garoto havia devorado André Gide, Ezra Pound e Fernando Pessoa, a ler Euclides da Cunha e José Lins do Rego.

Diplomado em Letras Neolatinas pela Universidade Federal de Minas, Silviano Santiago ganhou bolsa de estudos para especializar-se em literatura francesa, no Rio de Janeiro, onde conviveu com futuros diretores do Cinema Novo, como Joaquim Pedro de Andrade e Walter Lima Júnior. Outra bolsa, desta vez do governo francês, o leva para o doutorado na Sorbonne, em Paris. Lecionou em universidades como Yale, Stanford, Texas, Indiana e Toronto. Atualmente, é professor aposentado de Literatura Brasileira da Universidade Federal Fluminense. Três vezes vencedor do Prêmio Jabuti, é autor de livros como Em Liberdade, considerado um dos dez melhores romances brasileiros dos últimos 30 anos, e Stella Manhattan, ambos temas constantes em teses de mestrado e doutorado nas universidades brasileiras, latino-americanas e norte-americanas. É também autor de Uma História de Família, Viagem ao México, De Cócoras, O Falso Mentiroso e Keith Jarrett no Blue Note. Entre os seus livros de ensaio, destacam-se Uma literatura nos trópicos, Nas Malhas da Letra e o recente O Cosmopolitismo do Pobre.

Mestre Pastinha (in memoriam)

Da sacada de um sobrado na velha São Salvador, Mestre Benedito, um senhor africano, via um garoto franzino, de uns 8 anos de idade, tomar sonoras surras de outro maior, mais velho e forte. Vendo que o pequeno chorava de raiva, chamou: “vem cá, meu filho. Vem aqui no meu cazuá que vou lhe ensinar coisa de muita valia”. Começou assim a formação de Mestre Pastinha, o guardião da capoeira de Angola. Com Mestre Benedito, ele aprendeu bem mais do que técnicas. “Não provoque, menino, vai botando ele sabedor do que você sabe, devagarinho...” E assim foi feito. Na última briga, de um só golpe, o mais velho foi sabedor do que o pequeno era capaz.

Vicente Ferreira Pastinha nasceu em 1889, filho do comerciante espanhol José Señor Pastinha e de Dona Maria Eugênia Ferreira, uma negra de Santo Amaro da Purificação, que vivia de vender acarajé e lavar roupa para as famílias ricas da capital baiana. O menino estudava de manhã no Liceu de Artes e Ofícios, onde aprendeu pintura. A tarde era das brincadeiras, de empinar pipa e jogar capoeira. Aos 13 ganhou o respeito dos outros moleques, mas não o de seu pai. Para ele, aquilo era vadiagem e o matriculou na Escola de Aprendizes Marinheiros. Ele serviu a Marinha, aprendeu os segredos do mar e ensinou os da capoeira. Com 21 anos estava de volta ao centro histórico. Deixou a Marinha para virar pintor profissional. A capoeira, praticava escondido para não incorrer em crime previsto no código penal da República, no início do século passado.

A primeira academia-escola de capoeira só surgiu em 1941, no número 19 do Largo do Pelourinho. Comandado por Mestre Pastinha, nascia o Centro Esportivo Capoeira Angola, sob o lema da disciplina e organização. Ali transmitiu para muitas gerações o legado da cultura africana, viajou boa parte do mundo representando o Brasil em festivais de arte negra e lançou, em 1964, o livro Capoeira Angola. Para os “angoleiros” ele representou um ideal de educador que ensina como é possível jogar, mas não como jogar. Aos 84 anos, muito debilitado, despejado da sede da antiga academia, foi morar num quartinho no Pelourinho com sua segunda mulher, dona Maria Romélia. A venda do acarajé era a única fonte de renda do casal. Mestre Pastinha morreu pobre e cego, em 13 de abril de 1981, aos 92 anos. Neste dia a capoeira foi reconhecida pelos poderes públicos como fenômeno cultural.

Ziraldo

Os anos 60 foram, no mínimo, inesquecíveis para o cartazista, jornalista, teatrólogo, chargista, caricaturista e escritor Ziraldo Alves Pinto, por três razões: pelo lançamento de A Turma do Pererê, a primeira revista em quadrinhos brasileira feita por um só autor; a publicação do seu primeiro livro infantil, Flicts, que conquistou fãs em todo o mundo; e pela criação de O Pasquim, tablóide contestador, criado em junho de 1969, por ele, Jaguar, Millôr Fernandes e Henfil, cuja ousadia em cutucar a ditadura militar fez o semanário saltar dos 20 mil exemplares da tiragem inicial para 200 mil em apenas um ano. Essa ousadia teve um preço bem alto: em novembro de 1970 quase toda a equipe do jornal foi presa, sem maiores explicações. Veio a pressão dos anunciantes, a crise financeira, mas o jornal, a duras penas, sobreviveu até 1989. Pode, pelo menos, saborear a anistia e a volta da democracia no país,

para as quais contribuiu decisivamente.

Mineiro de Caratinga, nascido em 24 de outubro de 1932, Ziraldo, que começou a carreira nos anos 50, em publicações como Jornal do Brasil, O Cruzeiro e Folha de Minas, a partir de 1979 concentrou-se na produção de livros para crianças. No ano seguinte, lançava O Menino Maluquinho, um dos maiores fenômenos editoriais do país, adaptado com o mesmo sucesso para o teatro, o cinema, quadrinhos, ópera infantil, videogame e internet. Seus trabalhos já foram traduzidos para o inglês, espanhol, alemão, francês, italiano e basco. Criador de Jeremias, O Bom, O Mineirinho Come-Quieto e Supermãe – que diz, de todos os seus personagens, ser o mais parecido com ele –, ganhou em 2003 o Prêmio Academia Brasileira de Letras, na categoria Literatura Infantil.

Ziraldo, que também é formado em Direito, é viúvo de Vilma Contijo, com quem foi casado por 49 anos. Um dos fundadores da Banda de Ipanema, no Rio de Janeiro, criador da revista Bundas, em 1999, que durou apenas alguns meses, se considera um dos maiores colecionadores de piadas do Brasil. Contabiliza mais de cinco mil, tendo as melhores publicadas até agora em oito volumes, editadas pelo Pasquim. Segundo o artista, “a anedota é um bom caminho para se entender as pessoas. Afinal, ela nasce do senso de observação daqueles que, ao entender a vida, preferem rir dela do que amaldiçoá-la.”

Museu Casa do Pontal

Um pouco da arte popular criada no Brasil está muito bem preservada, graças ao trabalho de Jacques Van de Beuque, francês que radicou-se no Brasil a partir de 1946 e que faleceu em agosto de 2000. Ele foi o criador do Museu Casa do Pontal, de arte popular brasileira, no Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro.

Designer, colecionador e dono de uma empresa que montava exposições promocionais, Beuque transformava as suas viagens de trabalho em oportunidade de conhecer e, especialmente, adquirir objetos de arte popular. Hoje o acervo do Museu é composto de 8000 peças, de 200 artistas. Embora haja trabalhos em madeira, tecido, areia pintada, ferro e outros materiais, a maior parte é em barro, com formas que reproduzem o cotidiano do povo brasileiro, os tipos, costumes, festas e tradições. Reunidas, elas representam o que se fez de mais importante neste campo na segunda metade do século passado no Brasil.

Beuque não era um simples apreciador e comprador dessas peças que dão uma visão

abrangente dos aspectos rurais e urbanos do homem brasileiro. Ele estabelecia um vínculo de amizade com os artistas, freqüentando suas casas e oficinas. De diferentes regiões de Pernambuco, ele trouxe obras de Mestre Vitalino, Ernestina, Maria Otília, Antonia Bezerra Leão, Severina Batista, Zé do Carmo. Do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, peças de Ana do Baú, João Alves. E ainda buscou a arte popular feita em Taubaté (interior de São Paulo), Cachoeira (Bahia), Juazeiro do Norte (Ceará), São José (Santa Catarina), Goiânia (Goiás), Maceió (Alagoas). Uma sala especial da Casa do Pontal expõe peças eróticas feitas em barro.

“A Casa do Pontal é uma homenagem ao País que me acolheu e me possibilitou a realização de um sonho - sonho que espero poder transmitir ao visitante. Num mundo dominado pela violência e pelo ódio, é saudável encontrar outro universo, criado por mãos habilidosas de artistas humildes e honestos. (...) É a história de algumas gerações, retratada com fidelidade e contada com humor e poesia: nas suas atividades profissionais, legais ou marginais, individuais ou coletivas, masculinas ou femininas...”, escrevia ele no texto de abertura da exposição permanente que inaugurava o Museu em 1992. E os visitantes jamais discordaram.

Ballet Stagium

Uma frase que se tornaria muito popular anos mais tarde serviria à perfeição para o Ballet Stagium, que nascia no ano de 1971: é preciso dançar para não dançar. Com as maiores expressões artísticas caladas, censuradas, reprimidas, aquele grupo que surgia pelas mãos (e pés) da húngara de Budapeste, Marika Gidali e do mineiro de Ubá, Décio Otero, tomava a “liberdade”, como ele mesmo diz, de encenar obras sobre a opressão. Vieram Dona Maria Primeira, o genocídio dos índios em Kuarup ou A Questão do Índio (1977), o exílio em Terras de Benvirá, o balé sobre o texto Navalha na Carne, de Plínio Marcos.

“Com essa linguagem contundente, o viés do Stagium varreu o país, de ponta a ponta, mostrando ser possível utilizar a dança como agente modificador de mentes e corpos. Como um furacão, o Stagium inaugurou um fazer e um pensar voltado às raízes brasileiras”, relembra o coreógrafo Décio Otero. Ao abandonar os passos codificados, as linguagens conhecidas, o Stagium ultrapassou os limites da sua arte e influenciou o teatro, o cinema, a música do país. Coisas do Brasil (1979) e Dança das Cabeças (1978) permaneceram no

repertório da Companhia como reafirmação de que o Stagium era a tradução da dança com identidade brasileira.

Foi em 1974, durante a turnê do projeto de Pascoal Carlos Magno, o Barca da Cultura, no Rio São Francisco, que o grupo conscientizou-se da possibilidade de utilizar a dança “como instrumento fundamental no processo sócio-educativo”. Nasceram daquela idéia inicial projetos sociais como Stagium Vai às Escolas, Dança a Serviço da Educação, Stagium Leva Estudantes ao Teatro, Projeto Professor Criativo, Capoeira, Stagium-Febem. Marika Gidali, várias vezes premiada pela Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA), como bailarina e coreógrafa ganhou, em 1988, o prêmio Mérito Artístico da Unesco. Décio Otero, autor de mais de 100 coreografias, ganhou, junto com Marika, em 2000, o prêmio sócio-educando concedido pela Ilanud e Unicef por seu trabalho junto aos jovens infratores de todo o país. Com consagradas turnês internacionais no currículo, o Stagium simboliza uma dança conectada com a realidade, sem perder sua grande qualidade artística.

Grupo Musical Bandolins de Oeiras

Primeira capital do Piauí, há pouco mais de 300 quilômetros de Teresina, Oeiras, nos últimos 30 anos, vem ganhando fama por conta do talento de algumas senhoras que descobriram suas afinidades musicais em encontros religiosos. Mestras no chorinho, marchinhas e sambas, elas ficaram conhecidas como Bandolineiras de Oeiras. Mesmo no isolamento cultural em que viviam, a cidade sempre teve uma sólida tradição musical.

Na década de 30 do século passado, Araci Carvalho, exímia bandolinista, dava aulas de música para as moças da cidade, chegando a criar um conjunto, o Voz do Coração. Este ofício era desenvolvido também por outras senhoras da cidade, como Maria Queiroz e Filó Carvalho. Ao lado delas, os maestros das bandas de músicos completavam o quadro que fazia a fama de Oeiras. Apesar da tradição, os tempos mudaram e os alunos foram rareando, já muito menos interessados no estudo do bandolim. “Faltava incentivo, motivação”, entendiam as professoras.

Foi na preparação das festividades pelos 250 anos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, em 1983, que algumas das antigas bandolinistas resolveram reviver os bons tempos: se reuniram para mostrar um repertório próprio, sob a coordenação da professora Celina Martins. Estavam lá Lilásia Freitas, Petinha Amorim, Zezé Cabeceira, Rosário Lemos e Nieta

Maranhão. A fama das senhoras bandolineiras (um neologismo surgido da aglutinação das palavras bandolins e Oieiras) ultrapassou fronteiras.

Em concerto no Festival de Cultura das Três Fronteiras, no Paraguai, as senhoras, cujas idades variam entre 78 e 85 anos, foram recebidas com entusiasmo e mostravam igual alegria por ser aquela a primeira vez que saíam de sua cidade natal. Um crítico local dizia que elas pareciam perdidas no meio do enorme cenário negro, elas igualmente vestidas de preto, destacando-se apenas as figuras delgadas com seus cabelos muito brancos. Tudo começou a mudar quando começaram a tocar seus instrumentos, segundo ele, uma música doce, com ares medievais e ecos portugueses, que mostraram a incrível vitalidade da música brasileira. Eles estavam diante de um verdadeiro patrimônio nacional.

Movimento Mangue Beat

Os caranguejos com cérebro, talentosos representantes do riquíssimo ecossistema do manguezal, saíram da lama para dar novo alento ao panorama artístico/cultural do Recife, movimentar a cena pop brasileira e ganhar o mundo. Antes renegado e depois aceito pelos próprios 'caranguejos' como movimento artístico, o Mangue Beat (também chamado de Mangue Bit) surgiu no início da década de 90, concebido por um pequeno grupo de jovens pernambucanos que tinham em comum a paixão pela música e a insatisfação com o que era produzido no Brasil da época, em termos de cultura pop.

Chico Science (Francisco de Assis França, 1966/1997) & Nação Zumbi, mais o Mundo Livre S/A, foram as bandas-exponentes da ousada aventura, em sua origem. Misturaram elementos de hip hop, punk rock e soul com maracatu, coco e ciranda, mais o sambalço de Jorge Ben, e deram novo rumo, estabeleceram novos parâmetros para o pop brasileiro. Primeiro, através do lançamento de seus discos de estréia, em 1993: Da Lama ao Caos, de Chico Science & Nação Zumbi e Samba Esquema Noise, do Mundo Livre S/A.

Sucesso de crítica e crescente êxito junto ao público, os atrevidos pernambucanos tiveram ainda o mérito de servir de mote para que outros artistas de Recife chamassem a atenção da mídia e encontrassem oportunidades; foi o caso de bandas como Mestre Ambrósio e Cascabulho. Melhor ainda: artistas plásticos, cineastas e escritores de Recife se engajaram no movimento, transformando a capital pernambucana numa verdadeira 'manguetown' e resgatando a auto-estima do próprio público local, que passou a valorizar e a se orgulhar de

seus artistas.

A saga dos caranguejos prossegue e promete perdurar ainda por bastante tempo, através das bandas seminais que continuam sua trajetória de sucesso e agora na companhia de outros, como Otto e o Cordel do Fogo Encantado. A turma dos caranguejos com cérebro recolocou Recife como centro catalisador e difusor de inovadora cultura pop. E abriu um novo capítulo na história da música brasileira. Da lama ao céu.

Circuito Universitário de Cultura e Arte-Cuca (União Nacional dos Estudantes – UNE)

Desde 1937, quando foi criada a UNE, não houve um único acontecimento relevante na política brasileira que não tivesse a presença da União Nacional dos Estudantes – liderando passeatas, agrupando movimentos, contestando, mostrando a cara. Nos anos 50 e início dos 60 o CPC, o Centro Popular de Cultura, fez da entidade um ativo polo cultural, chegando a ter selo de discos, editora de livros e até produzindo um filme, Cinco Vezes Favela. O golpe militar de 1964 sufocou essa força criativa. Foram necessários muitos anos de batalha para que a UNE retomasse a sua tradição.

Os novos rumos começaram a ser delineados no final da década de 90. Mas a história do CUCA, o Circuito Universitário de Cultura e Arte, começa em 1999, em Salvador, com a 1ª Bienal de Cultura e Arte da UNE. O objetivo era fazer circular os bens culturais produzidos nas universidades mas, principalmente, promover uma ampla reflexão sobre as possibilidades de integração da América Latina pela via cultural. A Bienal marcou a retomada dos projetos de cultura ligados ao movimento estudantil brasileiro e já contabiliza a realização de 4 bienais. A 2ª aconteceu em janeiro de 2001, no Rio de Janeiro, envolvendo mais de 8 mil pessoas em debates, oficinas e mostras universitárias, além de lançar as bases do Centro Universitário de Cultura e Arte (o termo CUCA pode, assim, designar os dois eventos). A 3ª Bienal aconteceu em Pernambuco, em 2003, com cerca de 10 mil estudantes de todo o País. No início de 2005, São Paulo abrigou a 4ª Bienal, com o tema Soy Loco Por Ti, aproximando-se ainda mais da proposta de integração cultural com a América Latina.

Em 2004, o Ministério da Cultura selecionou 262 projetos apresentados por entidades da sociedade civil. A UNE obteve aprovação de oito pontos dos CUCAs: Recife, Campina Grande, Salvador, Vitória, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba. Os cinco

primeiros foram inaugurados e passaram a receber o apoio do “Pontos de Cultura”, programa do MinC que, por dois anos, viabiliza recursos para oficinas, equipamentos de palco, divulgação/comunicação e na estrutura física de cada CUCA. A expectativa é que, ao fim dos dois anos, cada Ponto de Cultura/CUCA conquiste a sua própria sustentabilidade. De forma emblemática, a UNE está recuperando o seu passado histórico.

Assessoria de Comunicação Social MinC.